

## RESENHAS/REVIEWS

Vera Mariza H. de MIRANDA COSTA\*

---

DELGADO, G. C., GASQUES, J. G., VILLA VERDE, C. M. (Org.) *Agricultura e políticas públicas*. Brasília: IPEA, 1990. 574 p. (Série IPEA, 127).

---

Nos termos da *Apresentação* ao trabalho, elaborada por Ruy de Quadros Carvalho: “Esta Coletânea apresenta uma seleção dos principais relatórios de pesquisa elaborados, em 1987, dentro do Projeto Crédito Agrícola e Desenvolvimento das Exportações, financiado pelo Banco Mundial (BIRD – 2348 BR), sob supervisão da Coordenadoria de Política Agrícola do IPEA” (p. 1). A publicação, que reúne trabalhos sobre temas afins, além de dar continuidade à divulgação de estudos sobre planejamento e políticas públicas no Brasil, tem por objetivo, ao lado das demais séries IPEA, “incentivar e dimensionar pesquisas e estudos relevantes à realidade nacional” (p. 1).

Compõem a Coletânea oito capítulos, de autoria de diferentes autores, cada um deles referente à temática específica sobre a agropecuária brasileira ou a temas correlatos à atividade agrícola.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA NA AGRICULTURA BRASILEIRA (p. 3-111) é de autoria de Rodolfo Hoffman, DA ESALQ-USP, especialista no estudo da referida temática.

Partindo da constatação da profunda desigualdade na distribuição de renda, que caracteriza a economia brasileira, e da ampliação dessa desigualdade no período 1960/1970, o autor procede à caracterização das manifestações da distribuição desigual na área rural. A partir de suas investigações, conclui que “na década de 70 a desigualdade da distribuição de renda, no país como um todo, se mantém relativamente estável, como resultado dos seguintes processos: a) aumento da desigualdade no setor agropecuário; b) estabilidade da desigualdade no setor urbano; e c) diminuição da desigualdade entre esses dois setores. De acordo com os dados dos Censos Demográficos, entre 1970 e 1980, enquanto o rendimento por pessoa ativa no setor urbano crescia cerca de 50%, no setor agropecuário praticamente dobrou. Apesar da

diminuição da desigualdade intersetorial, em 1980 o rendimento médio no setor urbano ainda era mais do que o dobro do rendimento médio no setor rural. As pessoas diretamente dependentes da agropecuária brasileira eram, em 1980, menos pobres do que em 1970, mas havia maior desigualdade na distribuição da renda” (p. 4).

Os resultados da investigação, bem como os procedimentos metodológicos utilizados e os dados e informações coletados estão apresentados sob a forma de cinco seções e dois apêndices. Nas páginas finais (108-111) está relacionada a bibliografia utilizada.

Após a *Introdução*, na seção sobre *Distribuição de renda e pobreza na Agricultura Brasileira em 1980* (p. 5-40): “é apresentado um quadro geral da distribuição de renda na agropecuária brasileira, analisando-se a distribuição das pessoas de família cujo chefe tem atividade principal na agropecuária, conforme seu rendimento familiar *per capita*, utilizando tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980. São apresentadas e discutidas medidas de tendência central, de desigualdade e de pobreza para o Brasil, para seis regiões (N; NE; SE, exclusive SP; SP; S; CO) e para cada unidade da Federação. As mesmas informações são apresentadas para as microrregiões homogêneas de sete estados: Bahia, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso” (p. 4). Desta seção consta, ainda, item referente a questões de metodologia na utilização dos dados.

Na seção referente à *Distribuição da renda e distribuição da posse da terra* (p. 41-56), “após lembrar alguns dos principais momentos da história da formação da estrutura fundiária brasileira” (p. 4) – valendo-se de clássicos da literatura sobre o tema – “a análise de regressão ponderada é utilizada para estabelecer a relação entre a desigualdade da distribuição da renda na agropecuária e a desigualdade da distribuição da posse da terra” (p. 4).

Na seção imediatamente seguinte, *Distribuição da renda entre empregados, autônomos e empregadores na Agropecuária Brasileira em 1970 e 1980* (p. 57-86) “é examinada a evolução da distribuição da renda na agropecuária brasileira entre 1970 e 1980. São analisados os dados dos Censos Demográficos relativos à distribuição da renda entre pessoas economicamente ativas, distinguindo-se três categorias: empregados, autônomos e empregadores. Verifica-se que houve diminuição da pobreza absoluta, apesar do crescimento da desigualdade associado ao processo de modernização (dita modernização dolorosa) da agricultura. Fica evidenciada a relação entre o aumento de desigualdade e a modernização das relações de produção, com o aumento da importância relativa das categorias típicas do capitalismo: empregados e empregadores” (p. 4-5).

Na última seção, *Evolução da distribuição de renda na primeira metade da década de 80* (p. 82-91), “é analisada a evolução da distribuição da renda no primeiro quinquênio da década de 80, confirmando-se a tendência de crescimento da desigualdade na agropecuária” (p. 5). Para a apreensão das modificações na distribuição da renda pós-80 são utilizados “basicamente os dados publicados das PNADs (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios) de 1979, 81, 83, 84 e 85” (p. 82).

O autor adverte para diferenças na maneira de coletar os dados, o que implica em cuidados especiais “nas comparações entre os resultados obtidos a partir dos Censos Demográficos e resultados obtidos a partir das PNADs” (p. 82-83).

No Apêndice 1 – *O Cálculo das medidas de desigualdade* (p. 92-103) – são comparados “diferentes métodos de estimar as medidas de desigualdade e interpolar os percentis” (p. 5).

Compõem o Apêndice 2: *Histogramas da distribuição de renda entre pessoas de famílias cujo chefe tem atividade principal na Agropecuária, em 1980, no Brasil, suas Regiões e Unidades da Federação* (p. 103-106).

O NOVO PADRÃO AGRÍCOLA BRASILEIRO: DO COMPLEXO RURAL AOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS (p. 113-123) representa resultado de pesquisa realizada por nove pesquisadores vinculados à UNICAMP: Ângela Kageyama (coordenadora), Antonio Márcio Buainain, Bastiaan P. Reydon, José Graziano da Silva, José Maria J. Silveira, Maria da Graça D. Fonseca, Pedro Ramos, Rinaldo B. Fonseca e Walter Belik. “Este estudo tem a preocupação central de contribuir (...) para a melhor compreensão da nova agricultura brasileira” (p. 115-116). Tem início procurando diferenciar “três conceitos que muitas vezes são usados como sinônimos e na verdade não o são: modernização da agricultura, industrialização da agricultura e formação dos complexos agroindustriais” (p. 113). A diferenciação dos conceitos é realizada a partir da localização de configurações específicas que marcam determinado momento, no decorrer do processo de formação da agropecuária e da própria economia brasileira.

“Por modernização da agricultura se entende basicamente a mudança na base técnica da produção agrícola. É um processo que ganha dimensão nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura (tratores importados), de elementos químicos (fertilizantes, defensivos, etc.), mudanças de ferramentas e mudanças de cultura ou novas variedades. (...) A modernização da agricultura no Brasil é, pois, um processo ‘antigo’ ” (p. 113).

“A ‘industrialização da agricultura’ envolve a idéia de que a agricultura acaba se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria, como uma ‘fábrica’ que compra determinados insumos e produz matérias-primas para outros ramos da produção” (p. 113). Três transformações básicas diferenciam a modernização da agricultura desse processo de “industrialização” (p. 114). Primeiramente não se trata apenas de intensificação no uso de máquinas e equipamentos modernos mas, e sobretudo, de mudanças nas relações de trabalho, acompanhadas da eliminação do trabalhador individual e da presença da especialização ao interior da atividade produtiva. “A segunda mudança qualitativa é a mecanização” (p. 114), substituindo habilidade manual e destreza do trabalhador. Esta ocorre nos anos 60, quando o processo produtivo é mecanizado em sua totalidade: do plantio à colheita, passando pelo carregamento e transporte. “A terceira transformação que muda qualitativamente o processo de modernização da agricultura brasileira nos anos 60 é a internalização do  $D_1$ , ou seja, dos setores produtores de insumos, máquinas e equipamentos para a agricultura” (p. 115).

“Finalmente, no período pós-75 temos a constituição do que se vem chamando de complexos agroindustriais. São vários complexos que se constituem, ao mesmo tempo em que a atividade agrícola se especializa, continuamente” (p. 115). Os autores esclarecem: “Estamos utilizando o termo complexo para identificar conjuntos de atividades fortemente relacionadas entre si (por compras e vendas) e fracamente relacionadas com o resto das atividades. Esses conjuntos são vistos de forma dinâmica, o que torna sua delimitação menos rígida do que seria uma tipologia ou uma análise sistêmica” (p. 115 – Nota).

O trabalho se desenvolve em oito seções, a primeira das quais é a Introdução (p. 113-116).

A idéia central desenvolvida na segunda seção (*O novo padrão agrícola brasileiro* – p. 116-127) “é que a principal modificação na dinâmica da agricultura brasileira consiste num processo histórico de passagem do chamado ‘complexo rural’ para uma dinâmica comandada pelos ‘complexos agroindustriais’ (CAIs)” (p. 116). Assim sendo, os autores passam a descrever o referido processo. Após conceituar o “complexo rural” e caracterizar sua dinâmica, são delimitadas e analisadas as principais fases de sua decomposição; tendo início em 1850 com a lei de terras e a proibição do tráfico, seu término é indicado em 1955 com a implantação do D<sub>1</sub> em bases industriais modernas. O período correspondente ao processo de *industrialização da agricultura* é situado a partir de 1965 (p. 121-127). O referido processo “supõe, além da existência de D<sub>1</sub> (departamento produtor de bens de capital e insumos para a agricultura), a própria agricultura moderna” (p. 122) e resulta no comando da indústria sobre a agricultura. “Esse processo desemboca na constituição dos complexos agroindustriais, que também se efetivam a partir da implantação da ‘indústria para a agricultura’ e da estruturação da agrindústria processadora” (p. 122).

Concluem os autores que: “com a constituição e consolidação dos CAIs, a dinâmica da agricultura só pode ser apreendida a partir da dinâmica conjunta da indústria para a agricultura/agricultura/agroindústria, o que remete ao domínio do capital industrial e financeiro e ao sistema global de acumulação” (p. 122). Nesse sentido constitui conceito-chave para a compreensão desse padrão recente de desenvolvimento agropecuário o de *integração de capitais*.

A seção 3 – *A internalização do D<sub>1</sub> para a agricultura* (p. 128-157) – está centrada na análise do processo de “internalização dos setores industriais mais importantes no fornecimento de bens de produção e insumos para a agricultura (fertilizantes, defensivos, máquinas e implementos), ressaltando as condições de sua instalação no país – o que reforça a periodização adotada – e suas principais características estruturais” (p. 128).

Na seção 4 – *A política de crédito e o novo padrão agrícola* (p. 157-173) é caracterizada a atuação do Estado no processo de transformação da agricultura brasileira. A intervenção do estado estimulando a modernização da agricultura brasileira é vista como uma nova etapa de um processo em curso “desde os anos 30 e que constitui um dos problemas fundamentais do processo de industrialização brasileira – con-

formar a agricultura às necessidades de acumulação de capital comandada pelo setor Urbano-industrial” (p. 158). São então ressaltadas as “relações entre o crédito e a integração dos CAIs e o sentido das mudanças na forma de intervenção do Estado na agricultura a partir do final dos anos 70” (p. 158). Ainda na seção 4 são mencionadas as principais fontes de financiamento para a agricultura até meados dos anos 60. A criação do SNCA (Sistema Nacional de Crédito Agrícola), em 1965, é tomada como marco definidor da política de crédito agrícola contemporânea. A partir daí são visualizados dois momentos, definidos principalmente em função do sentido do crédito e das condições em que este era concedido. A periodização corresponde: a) À “Modernização Compulsória: 1967/79” (p. 162-165) e b) À “Crise do Padrão de Financiamento Agrícola e à Integração da Agricultura ao Mercado Financeiro em Geral: 1979/86” (p. 166-172).

Na seção 5 – *A agroindústria processadora* (p. 173-185), é apresentado “um breve retrospecto do setor de processamento agroindustrial, destacando as suas diferentes fases até os anos 70 quando este setor, através de uma política governamental bem-sucedida, passa a integrar definitivamente os diversos CAIs” (p. 173). Essa integração do setor a jusante da agricultura aos demais setores dos CAIs não é atribuída à política agroindustrial. “Pelo contrário, é através do capital industrial processador que se viabiliza a integração nos CAIs” (p. 173).

Na seção 6, intitulada: *Nova segmentação da agricultura: os complexos agroindustriais* (p. 185-212), é proposta “uma tipologia, tendo como critério a *forma de inserção da atividade no novo padrão de desenvolvimento agrícola*, ou, se preferir a forma de inserção nos CAIs e no processo de industrialização do campo (...)” (p. 185).

Segundo os autores, o setor agrícola, atualmente, é formado pelo menos por 4 segmentos diferenciados: “a) O segmento mais moderno e industrializado, integrado verticalmente e formado por *complexos agroindustriais completos*, ou seja, complexos com três ‘pés’ – a indústria a montante, a produção agrícola (ou pecuária) e a agroindústria processadora” (p. 186). (Ex. complexos avícolas e de açúcar e álcool); “b) Um segmento plenamente integrado à frente, isto é, às agroindústrias processadoras e que, embora altamente tecnificado, não mantém vínculos específicos com as indústrias a montante” (p. 187). (Ex. algodão, laranja, laticínios, tomate, ervilha, etc.). “c) Um conjunto de *atividades modernizadas* (...) sem estabelecer soldagens específicas nem ‘para a frente’ nem ‘para trás’, isto é, sem tomar a forma de complexos” (p. 187). (Ex. o feijão em São Paulo, o arroz no Centro-Oeste, a cebola, horaliças e frutas de mesa). “d) conjunto de atividades agrícolas onde ainda permanece a produção em bases quase que artesanais, isto é, o ‘resto’ da agricultura, ainda não modernizado nem com ligações intersetoriais fortes” (p. 188). (Ex. “produtos de pobre” da agricultura: mandioca e banana; no NE os alimentos básicos – arroz de sequeiro, milho e feijão).

Reconhecendo as imperfeições de Matriz de Relações Intersetoriais, no entanto os autores utilizam a matriz de 1975 – que desagra a agropecuária em 10 setores de

atividade – para apontar “algumas evidências da diferenciação de situações das atividades agrícolas” (p. 188). A partir desse procedimento e da seleção de doze produtos de expressão nacional são elaborados gráficos e tabelas apresentando as informações levantadas.

*Impactos dos CAIs na inserção do Brasil no Mercado Externo* são analisados na seção 7 (p. 204-212). Os autores consideram que o novo padrão da agricultura mais do que de condições internacionais favoráveis explicariam que “a rápida expansão e diversificação das exportações brasileiras de origem agrícola” (p. 211), dependeu de alterações presentes em outros segmentos, particularmente no setor industrial.

Na seção 8 – *Conclusão e Implicações de Políticas* (p. 212-220) são “pontuadas” questões analisadas nas diversas seções, com ênfase: na postura norteadora do trabalho; na atuação do Estado no decorrer do processo de evolução da agricultura, sobretudo a partir da constituição dos CAIs; na política de crédito e financiamento. São também apontadas “algumas linhas para futuros estudos e pesquisas” (p. 219) derivadas da análise levada a efeito no presente trabalho.

A ESTRUTURA DAS FAMÍLIAS NA CIDADE E NO CAMPO: UMA ANÁLISE INTER-REGIONAL (p. 225-278) – nos termos de seus autores (Cornélia N. Porto, Iraci Del Nero da Costa e Nelson Hideiki Nozoe) tem por objeto de estudo a família brasileira. “Interessam-nos, tão-somente, duas das dimensões desta instituição multiface, a demográfica e a econômica. (...) Com respeito à face demográfica, interessa-nos, particularmente, o conhecimento da estrutura dos domicílios e das famílias rurais, a estrutura etária de seus integrantes, suas qualificações (sexo, estado civil, nível de escolaridade, etc.) bem como o número de seus dependentes; do ponto de vista econômico, preocupar-nos-emos, essencialmente, com a renda domiciliar e familiar e as maneiras pelas quais se dá a inserção de seus integrantes no processo produtivo” (p. 225-226). Como fonte básica dos dados foram utilizadas as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD) referentes ao período 1978-84, cujas informações possibilitaram o “desenvolvimento de análises comparativas entre as distintas regiões em que se divide o Brasil” (p. 226), além de proporcionarem a conformação de um quadro nacional. O estudo esteve centrado em “entidades específicas – domicílios e famílias – [devidamente conceituadas pelos autores] realçando delas apenas duas dimensões, as quais, conquanto se definam como da maior significância, representam, tão-somente, uma parte de nosso todo socioeconômico e nos proporcionarão, correlatamente, o levantamento de alguns dos problemas com os quais se defronta nossa população rural” (p. 226). Ainda na *Introdução*, após a delimitação “do objeto, do escopo e dos limites do estudo” os autores procedem a rápida revisão de trabalhos sobre a família rural brasileira e situam o presente trabalho na linha de abordagem de trabalho recentes.

Além da *Introdução*, três outras seções compõem o capítulo III: 2. *A cidade e o campo: uma análise interregional* (p. 229-254); 3. *Famílias e domicílios: rendimento, ocupação e nível de escolaridade* (p. 254-274); e 4. *Observações finais* (p. 275-276).

Na seção 2, nos termos dos autores, valendo-se de variáveis demográficas, estabelecem “a especificidade do meio rural brasileiro, no que tange à estrutura da família e do domicílio”. Para tanto, efetua-se a análise comparativa dos dados concernentes aos domicílios rurais e urbanos e referentes às regiões distinguidas pela PNAD. Este último corte propicia (...) “a identificação das diferenças existentes entre as várias regiões brasileiras no que diz respeito ao próprio meio rural” (p. 229). Assim, torna-se possível: elaborar *Considerações sobre o número médio de pessoas por domicílio* (p. 231-236); discorrer *Sobre a condição das pessoas na família* (Visão do Conjunto; As condições “outros parentes” e “sem parentesco”; A condição “Chefes de Família”, com tabela referente a famílias chefiadas por mulheres; Sobre a condição “Filhos” dos Chefes de Famílias; (p. 237-250); e tecer considerações relativas ao *Número médio de famílias por domicílio* (p. 250-254).

Na seção 3, mantido o corte rural/urbano e embora as variáveis “estejam associadas à família e ao domicílio, transcendem o nível demográfico imediato” (p. 254). As variáveis trabalhadas são: renda, condição de atividade e nível de escolaridade, as quais são tomadas para o Brasil como um todo e para um conjunto de unidades da federação.

Na seção 4 – *Observações finais*, além das conclusões relativas às variáveis levantadas e analisadas nos diversos itens e nas seções, são apontadas algumas lacunas e tomada como a maior delas o nível altamente agregado em que se operou. Deve-se observar que nem toda a bibliografia utilizada – por exemplo na revisão sobre família rural brasileira – está relacionada no final do trabalho.

O Capítulo IV, de autoria de José Garcia Gasques e Cláudio Yokomizo refere-se à AVALIAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS DA AMAZÔNIA (p. 279-328) e “é um dos resultados da pesquisa conjunta realizada por técnicos do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e do BASA (Banco da Amazônia S/A), entre agosto e outubro de 1985, inscrevendo-se no escopo de atribuições da Comissão de Avaliação de Incentivos Fiscais – COMIF (...). Seu objetivo é avaliar os Incentivos Fiscais na Amazônia, criados para promover o desenvolvimento da região” (p. 279). Dos projetos existentes no FINAM 947 (Fundo de Investimento da Amazônia), são analisados, no presente trabalho, os agropecuários; dos 621 existentes nessa categoria é extraída amostra de 66 projetos a partir de critérios de distribuição espacial, setor de atividade e fase do projeto. O trabalho é apresentado em sete partes, incluindo-se a Introdução. Na *segunda parte* discute-se o impacto dos projetos implantados; na *terceira*, os problemas dos projetos em implantação; na *quarta*, são analisados os projetos cancelados; na *quinta parte*, avalia-se a situação de 66 projetos incentivados; na *sexta* são relacionados projetos incentivados e formações florestais; *finalmente* apresentam-se os principais resultados e conclusões. Dos capítulos até aqui analisados este é o que apresenta perfil nitidamente informativo e descritivo, bem nos moldes de um típico relatório, mais atento ao rol das informações coletadas do que às reflexões sobre as variáveis observadas.

O Capítulo V – SISTEMA DE INCENTIVOS FISCAIS: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DO MERCADO DE TÍTULOS (p. 329-342), de autoria de Edmir Simões Moita e Antonio Carlos Galvão tem, nos moldes do anterior, caráter informativo e está voltado para os aspectos legais da política de incentivos. É desenvolvido em uma única parte e seu conteúdo não se articula ao dos demais capítulos.

O Capítulo VI, intitulado UMA AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE CONTROLE DE PREÇOS: OS ACORDOS DE CAVALHEIROS COM OS SUPERMERCADOS (p. 343-432) é de autoria dos Professores da FEA/USP e pesquisadores da FIPE Antonio Carlos Coelho Campino e Denise Cavallini Cyrillo. Tem início com um *Breve histórico da implantação e expansão dos supermercados no Brasil* (p. 343-348); implantados na década de 50, tiveram significativo crescimento na década de 70, passando por adaptações e transformações em razão da crise no início dos anos 80. São apontadas, como características básicas desse sistema de comercialização, a grande escala e o auto-serviço, aliadas à filosofia de “ganhar” pela rotatividade em lugar de “ganhar” por unidade. A expansão desse tipo de empresa é explicada “em função de extensão do mercado nacional e regional (...) além da ausência de barreira” (p. 345). “A concretização de fusões e incorporações é uma outra forma de expansão adotada pelas empresas supermercadistas mais arrojadas, tanto na fase de acelerada expansão, como nos momentos de crise. (...) Além da formação e desenvolvimento das redes e das fusões, outras estratégias de crescimento foram adotadas pelas empresas de supermercado como, entre as mais importantes, a criação ou diferenciação de seu ‘produto’. Foi assim que, no auge da época do milagre brasileiro, surgiu o hipermercado (...)” (p. 346). “Quando as dificuldades do país começaram a atingir de forma mais marcada o setor, novo equipamento foi apresentado ao mercado: as Lojas de Sortimento Limitado” (p. 347), com características inversas às dos supermercados. “Mas a ampliação da base tecnológica também foi perseguida pelas empresas do setor. A integração vertical foi concretizada pelas grandes empresas que se transformaram em conglomerados, reunindo atividades agrícolas, indústrias correlatas, serviços complementares e necessários à atividade supermercadista: transporte, pesquisa, financeiras, etc., e cujo resultado foi o crescimento das empresas pela diversificação das atividades” (p. 347). Os supermercados, que absorveram parcela do mercado, anteriormente ao seu surgimento abastecida pelo varejo tradicional, chegaram a contar com apoio do Governo, através de linha de crédito voltada à modernização e reorganização da comercialização. O desenvolvimento dos supermercados não eliminou a presença de pequenos varejistas independentes, o que leva os autores a caracterizarem o mercado com “de oligopólio diferenciado com franja” (p. 348).

Por considerarem que: “A oligopolização do mercado varejista de alimentos significou uma nova conduta, com importantes repercussões sobre os preços” – os autores apresentam, no item 2 do trabalho, parte da tese de doutorado de um deles – de Denise Cyrillo – sobre *Formação de Preços e Padrão de Concorrência dos Supermercados* (p. 348-378), no qual são colocadas questões referentes à teoria da determinação dos preços, dentro do corpo teórico da Organização Industrial; é analisada, também, a composição do custo operacional, bem como são apontados alguns deter-

minantes dos “custos diretos”. Subitens específicos são dedicados, ainda, às análises: do padrão de concorrência e do controle de preços. Segundo os autores “... em nível nacional, não é possível afirmar-se que o varejo de gêneros alimentícios se constitua em um mercado com elevado grau de concentração técnica ou econômica; a nível desagregado, no entanto, percebe-se o aumento da importância das lojas maiores e da predominância de algumas cadeias” (p. 364). Segundo os autores, o padrão de concorrência vigente no varejo de alimentos apresenta alguns aspectos característicos: “a concorrência extra-preço ‘salpicada’ da concorrência preço” (p. 364). É também caracterizada a intervenção do Governo nessa área; sua presença em diversos momentos e sua intensidade são explicadas “devido à importância desse vetor de preços no contexto de uma economia capitalista inflacionária” (p. 371).

No início da terceira seção é apresentado o *Modelo de determinação do preço de varejo para avaliação dos acordos de cavalheiros* (p. 379-396) modelo esse “que foi estimado para um subconjunto de produtos que estiveram incluídos nas listas de preços sob controle pelo governo, a partir de acordos com os supermercados, ao longo da década de 1970 e primeira metade da de 1980. Descreve-se a influência e importância de cada variável independente para a determinação da variável dependente (preço de mercado em nível de varejo)” (p. 379).

A seção 4 é dedicada à *Análise dos resultados empíricos da política de controle de preços* (p. 396-432). É constatada “a ineficiência da política de controle de preços com base no modelo de formação de preços. Os únicos produtos para os quais se obteve algum impacto da política de Acordo de Cavalheiros foram a carne e o óleo de soja, mas mesmo nesses produtos apenas no que respeita aos supermercados. Ou seja, o impacto detectado não foi suficiente para atingir os preços no mercado varejista como um todo” (p. 396). Algumas conclusões foram formuladas: “Os primeiros Acordos realizaram efetivamente algum controle sobre os preços, via supermercados. Com o passar do tempo, as empresas, com a experiência adquirida, passaram a prever tais eventos e assim a agir de forma a anular o controle. (...) ... um aspecto que se evidencia com estes dados é a maior eficiência relativa dos Acordos sobre os produtos básicos como arroz, feijão, e mesmo carne, frango, etc., em contraste com o menor efeito observado para a cesta de produtos industrializados. Estes, evidentemente oferecem maior margem de manobra na fixação de preços, mesmo quando sob controle, derivada da ampla diferenciação a eles inerente. ... e para finalizar, a análise desenvolvida permite afirmar que a atuação junto aos supermercados gera resultados satisfatórios, pelo menos em algum grau. No entanto, naquela fase, o peso destes equipamentos na formação do preço do mercado como um todo ainda não era suficiente para levar a uma generalizada estagnação ou mesmo desaceleração do preço médio do mercado” (p. 424).

Este trabalho, apesar de abordar questões relativas ao preço dos alimentos, no entanto, não tem sua atenção centrada nas questões da agricultura.

**POLÍTICA PÚBLICA E EVOLUÇÃO RECENTE DA PECUÁRIA LEITEIRA NO BRASIL** (p. 433-513) é de autora de Elizabeth M. M. Querido Farina, da

FEA-USP. Nos termos da autoria: “O objetivo deste estudo é analisar a regulamentação governamental do mercado de leite no Brasil, nos últimos 15 anos, e seus impactos sobre o desempenho do setor” (p. 433). Em razão da crescente integração e interdependência entre os setores industrial e agrícola, “trata-se na verdade de analisar a dinâmica da agroindústria do leite, e como esta vem sendo modificada e/ou sancionada pela política pública” (p. 433). Apesar de regulada há mais de 40 anos, os objetivos perseguidos – leite barato, de boa qualidade e em quantidade suficiente – não foram atingidos. Observou-se que “na década de 70, a indústria de laticínios sofreu um profundo processo de modernização. O mesmo não ocorreu, entretanto, com a pecuária, de modo geral” (p. 433).

“O presente trabalho apresenta, em sua primeira seção (*Pecuária leiteira no Brasil: aspectos estruturais* – p. 436-444), um panorama da pecuária de leite no Brasil, com base em informações censitárias de 1970, 1975 e 1980. A análise mostra o caráter tradicional desta atividade, as baixas produtividades e o crescimento horizontal da oferta de leite, em direção a regiões onde predomina a pecuária de corte. Faz-se, também, a análise da estrutura de custos de produção de leite, a qual revela a heterogeneidade tecnológica presente na atividade, especialmente entre os produtores de leite C e B” (p. 435). Na segunda seção, é analisada *A dinâmica do setor Agroindustrial do Leite* (p. 445-464). “Estudam-se as características estruturais do setor, as estratégias de concorrência e crescimento, especialmente do segmento mais dinâmico, comandado pelas grandes empresas nacionais e estrangeiras” (p. 435). Na seção 3, sobre *Governo, preços e consumo no mercado de leite* (p. 464-478), a partir da constatação que “a dinâmica da agroindústria do leite é toda permeada pela regulação estatal, analisam-se (...) as relações que estalecem entre preços, consumo e governo” (p. 435). A seção 4 – *Programas assistenciais do Governo: impacto sobre o mercado de laticínios* (p. 479-486), nos termos do próprio título, trata dos impactos dos referidos programas sobre a produção nacional. “Fica evidente que o crescimento da demanda exige elevadas taxas de crescimento, muito acima da média histórica” (p. 435). A seção 5 – *Caracterização de uma política para o leite* (p. 486-511) – “apresenta um breve histórico da política brasileira para o setor leiteiro, em contraste com a experiência internacional. Explicitam-se os principais instrumentos de intervenção, seus objetivos e resultados. A partir daí, e com as conclusões dos capítulos anteriores, é proposta uma política de preços para o leite” (p. 435).

O último capítulo, VIII – TRANSMISSÃO DE PREÇOS E MARGENS DE COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS (p. 515-565) é de autoria dos professores da ESALQ/USP, Geraldo Sant’Ana Camargo Barros e João Gomes Martines Filho. O trabalho constitui o resultado de pesquisa que teve por objetivo “analisar alguns aspectos da relação entre a comercialização e o comportamento dos preços agrícolas” (p. 518).

Primeiramente procura-se “analisar o desempenho do setor de comercialização agrícola em termos do mecanismo de transmissão de preços, isto é, busca-se determinar o grau em que o setor tende a atenuar ou exacerbar as oscilações de preços em nível de produtor ou varejo. (...) Essas análises são efetuadas para os produtos: ar-

roz, feijão, óleo de soja e fubá de milho (do grupo de grãos), laranja e banana (frutas) e batata, cebola e tomate (hortigranjeiros)” (p. 518). Para esses produtos são consideradas as principais regiões de produção e os mercados atacadistas e varejistas relevantes para o abastecimento da cidade de São Paulo, esta tomada como centro básico de consumo para as análises desenvolvidas. “Por último, apresentam-se evidências do comportamento estacional dos custos de transporte e armazenamento de grãos, os quais parecem bastante relevantes para explicar o comportamento das margens de comercialização” (p. 518).

A publicação objeto da presente resenha – AGRICULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS – reúne trabalhos elaborados a partir de perspectivas teóricas diversas; a maior parte deles tem por características a apresentação e análise de volume significativo de informações sobre cada temática objeto de estudo. Se os relatórios que compõem a obra em sua maioria focalizam questões direta ou indiretamente referentes a agricultura, no entanto, ficam bem distantes das questões relativas a políticas públicas. Assim sendo, a inadequação do título pode, a princípio, frustrar o leitor motivado pela problemática das políticas públicas. No entanto, o nível de reflexão e o montante de informações presentes em grande dos trabalhos estimulam a leitura cuidadosa por parte de iniciados nas questões da agropecuária brasileira. A publicação cumpre o objeto explicitado na apresentação: “incentivar e dimensionar pesquisas e estudos relevantes à realidade nacional” (p. 1).